

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	251.284.711
Preferenciais	0
Total	251.284.711
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.133.049	1.113.587
1.01	Ativo Circulante	152.553	148.668
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.840	15.620
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.840	15.620
1.01.03	Contas a Receber	10.251	9.788
1.01.03.01	Clientes	10.251	9.788
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	10.068	9.788
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	183	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.674	167
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.674	167
1.01.06.01.02	Tributos e contribuições a compensar	1.674	167
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	121.788	123.093
1.01.08.03	Outros	121.788	123.093
1.01.08.03.02	Ativo de concessão	109.372	112.871
1.01.08.03.03	Outros ativos	12.416	10.222
1.02	Ativo Não Circulante	980.496	964.919
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	979.494	963.869
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	24.347	30.427
1.02.01.03.01	Fundos vinculados - caixa restrito	24.347	30.427
1.02.01.04	Contas a Receber	5.980	5.845
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes	5.980	5.845
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	949.167	927.597
1.02.01.10.03	Ativo de concessão	946.706	925.312
1.02.01.10.04	Outros ativos	2.461	2.285
1.02.03	Imobilizado	817	854
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	817	854
1.02.04	Intangível	185	196
1.02.04.01	Intangíveis	185	196

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.133.049	1.113.587
2.01	Passivo Circulante	71.754	69.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	384	588
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	384	588
2.01.02	Fornecedores	2.940	1.186
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.940	1.186
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.940	1.186
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.435	12.425
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.435	12.425
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	25
2.01.03.01.03	Outras obrigações fiscais	2.318	1.959
2.01.03.01.04	Tributos indiretos diferidos	10.117	10.441
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.158	45.045
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	29.859	29.643
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	29.859	29.643
2.01.04.02	Debêntures	13.299	15.402
2.01.05	Outras Obrigações	12.187	9.428
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	342	532
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	342	532
2.01.05.02	Outros	11.845	8.896
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	320	320
2.01.05.02.04	Obrigações regulatórias	1.397	1.350
2.01.05.02.06	Outras passivos	10.128	7.226
2.01.06	Provisões	650	650
2.01.06.02	Outras Provisões	650	650
2.01.06.02.04	Provisões	650	650
2.02	Passivo Não Circulante	559.209	560.795
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.041	344.679
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	288.497	292.975
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	288.497	292.975
2.02.01.02	Debêntures	46.544	51.704
2.02.03	Tributos Diferidos	224.168	216.116
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	224.168	216.116
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferido	136.598	130.525
2.02.03.01.02	Tributos indiretos diferido	87.570	85.591
2.03	Patrimônio Líquido	502.086	483.470
2.03.01	Capital Social Realizado	251.285	251.285
2.03.01.01	Capital Social	251.285	251.285
2.03.04	Reservas de Lucros	232.185	232.185
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	227.505	227.505
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	4.680	4.680
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	18.616	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.769	41.628
3.01.01	Receita operacional líquida	42.769	41.628
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.155	-3.037
3.02.01	Custo	-7.155	-3.037
3.03	Resultado Bruto	35.614	38.591
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-723	-1.046
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-723	-1.046
3.04.02.01	Despesas operacionais gerais e administrativas	-723	-1.046
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.891	37.545
3.06	Resultado Financeiro	-9.536	-10.133
3.06.01	Receitas Financeiras	1.361	1.245
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.361	1.245
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.897	-11.378
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-10.897	-11.378
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.355	27.412
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.739	-8.134
3.08.01	Corrente	-666	-299
3.08.02	Diferido	-6.073	-7.835
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.616	19.278
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.616	19.278
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0741	0,0767
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0741	0,0767

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	18.616	19.278
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.616	19.278

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.450	18.690
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.695	-7.368
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	18.616	19.278
6.01.01.02	Receita de construção - Ativo contratual	-5.364	-115
6.01.01.03	Remuneração do ativo de concessão	-40.540	-43.353
6.01.01.04	Receita de operação e manutenção	-2.902	-2.877
6.01.01.05	Tributos indiretos diferidos	1.655	1.496
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre empréstimos	8.679	8.555
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social correntes	666	299
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.073	7.835
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre debêntures	2.079	2.724
6.01.01.10	Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	-1.003	-1.287
6.01.01.11	Amortização dos custos de transação - empréstimos e debêntures	31	31
6.01.01.12	Depreciação e amortização	48	46
6.01.01.13	Provisões de bônus e PLR	267	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.774	26.220
6.01.02.01	Ativo da concessão	30.911	30.170
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	-415	-1.120
6.01.02.04	Outros ativos	-2.371	-1.638
6.01.02.05	Outros tributos a compensar	-1.507	-31
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição social a compensar	-62	-106
6.01.02.08	Fornecedores nacionais	1.754	-2.421
6.01.02.09	Obrigações tributárias	359	-230
6.01.02.11	Obrigações regulatórias	47	73
6.01.02.13	Encargos sociais e trabalhistas	-471	-61
6.01.02.17	Partes relacionadas	-373	-372
6.01.02.18	Outros passivos	2.902	2.033
6.01.02.19	Provisões	0	-94
6.01.02.20	Contingências Passivas	0	17
6.01.03	Outros	-629	-162
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-629	-162
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-2.935
6.02.01	Aplicação em títulos e valores mobiliários	0	-11.189
6.02.02	Resgates em títulos e valores mobiliários	0	8.254
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.231	-15.656
6.03.01	Pagamento de juros de debêntures	-4.667	-4.297
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos	-7.029	-6.639
6.03.03	Pagamento de principal de debêntures	-4.675	-4.220
6.03.04	Pagamento de juros de empréstimos	-5.943	-6.196
6.03.05	Aplicações em fundos vinculados - caixa restrito	-4.508	-3.060
6.03.06	Resgates em fundos vinculados - caixa restrito	11.591	8.756
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.219	99
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.621	4.151

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.840	4.250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	251.285	0	232.185	0	0	483.470
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	251.285	0	232.185	0	0	483.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.616	0	18.616
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.616	0	18.616
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	251.285	0	232.185	18.616	0	502.086

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	251.285	0	218.856	0	0	470.141
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	251.285	0	218.856	0	0	470.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.278	0	19.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.278	0	19.278
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	251.285	0	218.856	19.278	0	489.419

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	47.322	46.092
7.01.02	Outras Receitas	47.322	46.092
7.01.02.01	Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	40.540	43.354
7.01.02.02	Receitas relativas à operação de ativos próprios	2.902	2.877
7.01.02.03	Receitas relativas à construção de ativos próprios	5.364	114
7.01.02.04	Outras receitas e parcela variável (PV)	-1.484	-253
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.523	-2.621
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.523	-2.621
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.799	43.471
7.04	Retenções	-48	-46
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48	-46
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.751	43.425
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.427	1.315
7.06.02	Receitas Financeiras	1.427	1.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	42.178	44.740
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	42.178	44.740
7.08.01	Pessoal	1.437	1.495
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.000	1.146
7.08.01.02	Benefícios	200	146
7.08.01.03	F.G.T.S.	237	203
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.367	12.688
7.08.02.01	Federais	11.237	12.684
7.08.02.02	Estaduais	57	0
7.08.02.03	Municipais	73	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.758	11.279
7.08.03.01	Juros	10.758	11.279
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.616	19.278
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.616	19.278

Comentário do Desempenho

Argo V Transmissão de Energia S.A

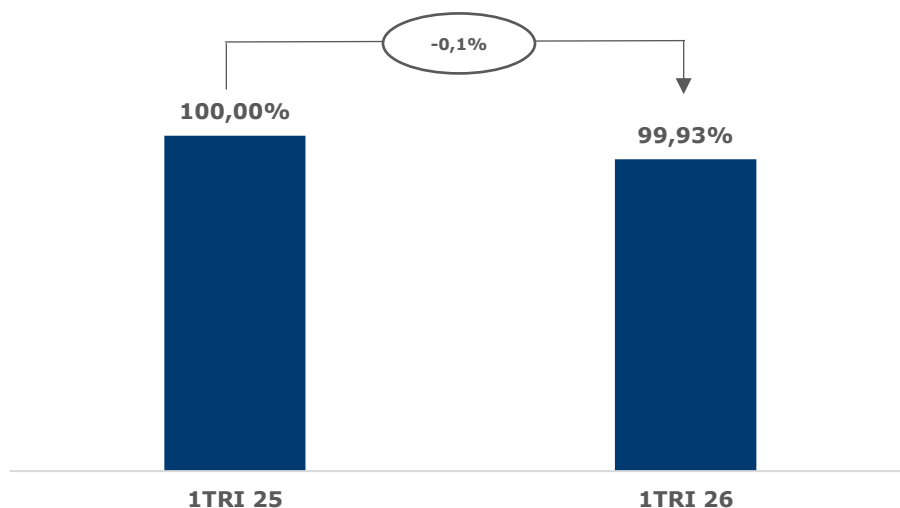
Comentários de Desempenho 31 de março de 2026 (1TRI 26)

Desempenho Operacional

Argo V Transmissora de Energia S/A (Argo V ou Companhia) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 9 anos de existência. Entre 2016 e 2018, as 4 subestações e 2 linhas de transmissão (277 km) licitada em 2014 entraram em operação comercial.

A RAP da Argo V foi determinada em R\$ 45,6 milhões (valor histórico no Leilão) e atualizada para R\$ 112,0 milhões (valor para o ciclo 2025-2026), com recebimentos mensais, a partir das atualizações monetárias por IPCA.

A Companhia é remunerada pela disponibilização de seus ativos de transmissão por meio da Receita Anual Permitida ("RAP"), que está condicionada ao cumprimento dos níveis de disponibilidade e qualidade exigidos pelo órgão regulador. Eventuais indisponibilidades dos ativos ou da rede de transmissão podem resultar na redução da RAP por meio de descontos denominados Parcela Variável (PV). Assim sendo, a gestão da Companhia atua de forma preventiva e contínua, com foco na manutenção, monitoramento e eficiência operacional dos ativos, de forma a minimizar ocorrências de indisponibilidade e mitigar impactos negativos sobre a receita.



A disponibilidade registrada no 1TRI 26 (100,00%) apresentou redução em comparação ao mesmo período do ano anterior (99,93%), em função de desligamentos programados para a realização de manutenções preventivas, em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos pela ANEEL.

Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

No 1TRI 26, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R\$ 42,8 milhões, um aumento de 2,7% em relação ao 1TRI 25 (R\$ 41,6 milhões).

A Receita de Implementação de Infraestrutura apresentou aumento expressivo no 1TRI 26, totalizando R\$ 5,4 milhões, refletindo o maior fluxo de investimentos em reforços quando comparado com 1TRI 25.

A Remuneração dos Ativos de Concessão totalizou R\$ 40,5 milhões no 1TRI 26, ante R\$ 43,4 milhões no 1TRI 25, explicada principalmente pelo menor índice de IPCA no período comparado.

Por fim, a Parcela Variável e outras deduções totalizou R\$ 1,5 milhão no 1TRI 26, um aumento de 484,3% se comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 0,3 milhão), impulsionada pela maior ocorrência de desligamentos no 1TRI 26.

Os Encargos Regulatórios e tributários apresentaram um aumento de 2,0% no 1TRI 26, refletindo o aumento da receita líquida.

Receita Operacional Líquida (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Receita de implementação de infraestrutura	5.364	115	4.564,3%
Operação e Manutenção	2.902	2.877	0,9%
Remuneração dos ativos de concessão	40.540	43.353	-6,5%
Parcela Variável e outras deduções	(1.484)	(254)	484,3%
Encargos regulatórios e tributários	(4.553)	(4.463)	2,0%
Receita Operacional Líquida	42.769	41.628	2,7%

Custos e Despesas

No 1TRI 26, os Custos e Despesas (G&A) apresentaram alta de 92,9% em relação ao 1TRI 25, com destaque para as seguintes variações: (i) a linha de Serviços de Terceiros registrou aumento de 16,2% decorrente de reajustes contratuais e pagamento de taxas e consultorias necessárias para o funcionamento da operação; e (ii) a linha de "Outros" apresentou elevação decorrente do aumento de despesas com EPs e equipamentos para manutenção das subestações.

Não houve investimentos nos períodos informados.

Custos e D&A (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Serviços de Terceiros	(2.685)	(2.311)	16,2%
Custo de Construção	-	-	0,0%
Pessoal	(1.437)	(1.495)	-3,9%
Outros	(3.756)	(277)	1256,0%

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

(7.878)

(4.083)

92,9%

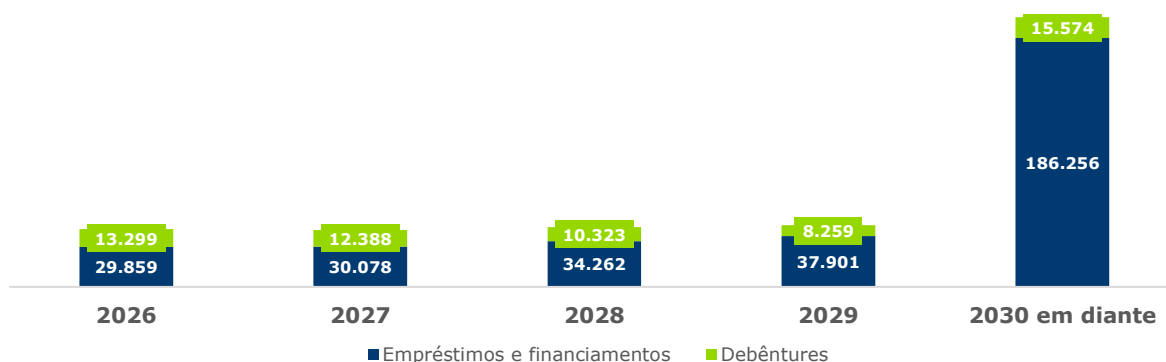
Endividamento

Em março de 2026, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 335,0 milhões, uma redução de 2,5% em relação a dezembro de 2025 (R\$ 343,7 milhões).

As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 88,6% (R\$ 335,0 milhões) no longo prazo e 11,4% (R\$ 43,2 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 84,4% dos títulos estão atrelados a TJLP e 15,6% estão vinculados ao IPCA ambos somados a taxa pré-fixada.

Endividamento (Em milhares de reais)	mar/26	dez/25	Δ%
Empréstimos e financiamentos	318.356	322.618	-1,3%
Debêntures	59.843	67.106	-10,8%
Dívida Bruta	378.199	389.724	-3,0%
Caixa e Aplicações Financeiras	(43.187)	(46.048)	-6,2%
Dívida Líquida	335.012	343.676	-2,5%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano.



Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no 1TRI 26 foi de R\$ 9,5 milhões, uma redução de 5,9% em comparação ao 1TRI 25 (R\$ 10,1 milhões). Esta variação reflete, principalmente, a maior receita financeira devido a um saldo de caixa e aplicações financeiras maiores que o período anterior.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Receitas de aplicações financeiras	1.379	1.287	7,1%
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(66)	(70)	-5,7%
Outras receitas financeiras	48	28	71,4%
Receitas Financeiras	1.361	1.245	9,3%
Juros e variação monetária	(10.758)	(11.279)	-4,6%
Outras despesas financeiras	(139)	(99)	40,4%
Despesas Financeiras	(10.897)	(11.378)	-4,2%
Resultado Financeiro	(9.536)	(10.133)	-5,9%

Lucro Líquido

No 1TRI 26, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 18,6 milhões, redução de 3,4% em relação ao 1TRI 25 (R\$ 19,3 milhões). reflexo, principalmente, da menor receita líquida no período, influenciada pelo recuo do índice do IPCA e do aumento dos custos e despesas no período.

Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo V Transmissão de Energia S.A. ("Argo V" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 12 de maio de 2014.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Odoys Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo V.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da Companhia. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

De forma integral, seu capital pertence à Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro de 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 111.986 (valor para o ciclo 2025-2026), conforme resolução homologatória nº. 3.475, de 17 de junho de 2025, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo do contrato de concessão da Argo V.

Reforços aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- **REA nº 12.948/2023 de 31 de maio de 2023**

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento realizado de R\$ 27.800 e RAP de R\$ 3.400 (valor para o ciclo 2025-2026).

Notas Explicativas

- **REA nº 12.799/2022 de 04 de maio de 2022**

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento realizado de R\$ 77.100 e RAP de R\$ 9.400 (valor para o ciclo 2025-2026).

- **Resolução Homologatória nº 3.475/25 – Revisão Tarifária Periódica**

Em 15 de junho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.475/25, que estabeleceu o resultado das revisões tarifárias periódicas da Companhia a partir de julho de 2025. Para as receitas ofertadas no leilão tivemos o percentual de reposicionamento de -0,12% e para as receitas oriundas dos reforços o percentual definido foi de 10,66%. O reconhecimento desse reposicionamento no fluxo de recebimento do ativo de contrato da concessão gerou um impacto a valor presente no montante bruto de R\$ 28.749, conforme nota 7, o impacto líquido de impostos no resultado da companhia foi de R\$ 26.094 (nota 18).

- **Despacho nº 269/2024 de 30 de janeiro de 2024**

Instalação de proteção diferencial de barras alternada nos setores 500kV e 230kV; e substituição de proteção de barras principal no setor de 230 kV da SE Juazeiro III., com investimento realizado de R\$ 9.157 e RAP de R\$ 1.600 (valor para o ciclo 2025-2026).

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Companhia preparou as informações financeiras intermediárias partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizada pela Administração em 14 de maio de 2026.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários e fundos vinculados – caixa restrito), conforme descrito nas políticas contábeis materiais. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua e anual. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo da concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção de reforços e melhorias da infraestrutura existente ; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Notas Explicativas

- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19).

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, publicadas em 29 de janeiro de 2026, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Conta corrente bancária e equivalentes de caixa	4.241	5.145
Aplicações financeiras (*)	14.599	10.476
Total	18.840	15.621

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em CDB, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,00% do CDI em 31 de março de 2026 (100,03% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

5 Fundos vinculados – caixa restrito

	31/03/2026	31/12/2025
Conta reserva (**)	24.347	30.427
Total	24.347	30.427

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva". Em 31 de março de 2026, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 99,15% do CDI e 99,08% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

6 Contas a receber de clientes

	31/03/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	16.048	15.633
Total	16.048	15.633

Em 31 de março de 2026, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/03/2026	31/12/2025
Títulos a vencer	9.995	10.111
Títulos vencidos em até 30 dias	21	9
Títulos vencidos em até 90 dias	12	818
Títulos vencidos há mais de 90 dias (*)	6.020	4.695
	16.048	15.633
Classificados como:		
Circulante	10.068	9.788
Não circulante	5.980	5.845

(*) Em 31 de março de 2026, o montante de R\$5.980 (R\$ 5.845 em 31 de dezembro de 2025) classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias inadimplentes em relação ao faturamento da multa rescisória do contrato de uso do sistema e transmissão (CUST) cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.

Notas Explicativas

7 Ativo da concessão

7.1 Composição do ativo da concessão (saldos acumulados)

	31/03/2026	31/12/2025
Receita de construção	738.406	733.042
Receita de remuneração do ativo de concessão	891.520	850.980
Revisão tarifária periódica	(28.754)	(28.754)
Recebimentos	(565.194)	(537.185)
Ganho de eficiência (entrada em operação antecipada)	20.100	20.100
Total	1.056.078	1.038.183
Circulante	109.372	112.871
Não circulante	946.706	925.312

7.2 Margens de obrigações e performance

	31/03/2026	31/03/2025
Margem de O&M		
Receita	2.902	2.877
Custos	(2.774)	(2.944)
Margem (R\$)	128	(67)
Margem Percebida (%)	4%	-2%

	31/03/2026	31/03/2025
Margem de Construção		
Receita	5.364	114
Custos	(4.381)	(93)
Margem (R\$)	983	21
Margem Percebida (%)	18%	18%

7.3 Movimentação dos saldos do ativo da concessão

Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.036.782
Receita de construção	115
Remuneração do ativo de concessão	43.353
Recebimentos	(27.293)
Saldos em 31 de março de 2025	1.052.957
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.038.183
Receita de construção	5.364
Remuneração do ativo de concessão	40.540
Recebimentos	(28.009)
Saldos em 31 de março de 2026	1.056.078

Notas Explicativas

8 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	334.909	
Juros e variação monetária	8.555	
Pagamentos de principal	(6.639)	
Pagamentos de juros	(6.196)	
Custo de transação	31	
Saldos em 31 de março de 2025	330.660	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	322.618	
Juros e variação monetária	8.679	
Pagamentos de principal	(7.029)	
Pagamentos de juros	(5.943)	
Custo de transação	31	
Saldos em 31 de março de 2026	318.356	
Classificados como:	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	29.859	29.643
Não Circulante	288.497	292.975

- a) Em 6 de setembro de 2017, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 310.000, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros médio ponderado de 2,02% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de outubro de 2017, e com liquidação prevista em 15 de março de 2033.
- b) Em 6 de julho de 2023, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 99.009, para a implantação dos Reforços do seu projeto. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA + 7,07% ao ano. Esse financiamento será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2023, e com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2034.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2026
2027	30.078
2028	34.262
2029	37.901
2030 em diante	186.256
Total	288.497

Notas Explicativas

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo V;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações contábeis regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,20 (um inteiro e dois décimos).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações contábeis regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

Notas Explicativas

9 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	76.314	
Juros e variação monetária	2.724	
Pagamentos principal	(4.220)	
Pagamentos juros	(4.297)	
Saldos em 31 de março de 2025	70.521	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	67.106	
Juros e variação monetária	2.079	
Pagamentos principal	(4.675)	
Pagamentos juros	(4.667)	
Saldos em 31 de março de 2026	59.843	
Classificado como:	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	13.299	15.402
Não Circulante	46.544	51.704

Em 15 de novembro de 2017, a Argo V realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 89.153, com vencimento em setembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 6,80% a.a., destinadas à implantação das instalações de transmissão de energia elétrica da Companhia.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2026
2027	12.388
2028	10.323
2029	8.259
2030 em diante	15.574
Total	46.544

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação semestral de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Notas Explicativas

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações contábeis regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,20 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

10 Tributos indiretos diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gloss up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

Notas Explicativas

A movimentação para o período findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Constituição	Amortização	Transferência	Saldos em 31/03/2026
PIS e COFINS diferidos	10.441	-	(2.395)	2.071	10.117
Outros tributos diferidos	85.591	4.050	-	(2.071)	87.570
Total	96.032	4.050	(2.395)	-	97.687
Circulante	10.441				10.117
Não Circulante	85.591				87.570

11 Provisões e contingências

11.1 Provisões

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão da Argo V estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de reforços, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações. O montante de saldo de provisão em 31 de março de 2026 é de R\$ 650 (R\$ 650 em 31 de dezembro de 2025).

11.2 Contingências prováveis

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

11.3 Contingências possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 31 de março de 2026, os litígios relacionados e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 673 (R\$ 669 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

12 Partes relacionadas

Parte relacionada	Vigência	31/03/2026		31/12/2025	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos					
Argo Transmissão de energia S.A	31/07/2029	183	342	-	532
		183	342	-	532
Dividendos					
Argeb		-	320	-	320
		183	662	-	852

12.1 Remuneração da administração

A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 151 em 31 de março de 2026 (R\$ 178 em 31 de março de 2025).

13 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2026 e dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 251.285 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil) dividido em 251.284.711 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	251.284.711	100	251.284.711	100

Notas Explicativas

13.1 Reservas de lucros

13.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

13.1.2 Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 27.032 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

13.1.3 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

13.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em dezembro de 2025, a Companhia deliberou R\$ 320 a título de dividendos mínimos obrigatórios, com previsão de pagamento até 31 de julho de 2026.

Notas Explicativas**14 Receita operacional líquida**

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de construção	5.364	114
Receita de remuneração do ativo da concessão	40.540	43.354
Receita de operação e manutenção	2.902	2.877
Parcela variável e outras deduções	(1.484)	(253)
Receita bruta	47.322	46.092
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(1.655)	(1.496)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(2.514)	(2.603)
(-) Encargos regulatórios	(384)	(364)
Receita operacional líquida	42.769	41.629

15 Custos e despesas por natureza

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	(2.685)	(2.311)
Pessoal	(1.437)	(1.495)
Arrendamentos e aluguéis	(22)	(44)
Depreciação e amortização	(48)	(46)
Seguros	(120)	(84)
Tributos	(5)	(18)
Materiais	(3.486)	(21)
Provisão para contingências	-	(17)
Outros	(75)	(47)
Total	(7.878)	(4.083)
Valores alocados a:		
Custos de construção	(4.381)	(93)
Custos de operação e manutenção	(2.774)	(2.944)
Despesas gerais e administrativas	(723)	(1.046)

Notas Explicativas

16 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	1.379	1.287
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(66)	(70)
Outras receitas financeiras	48	28
Total	1.361	1.245
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(4)	(3)
Juros e variação monetária	(10.758)	(11.279)
Outras despesas financeiras	(135)	(96)
Total	(10.897)	(11.378)
Total Resultado financeiro	(9.536)	(10.133)

17 Imposto de renda e contribuição social**17.1 Reconciliação da alíquota efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25.355	27.412
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(8.621)	(9.320)
Incentivos fiscais (*)	1.844	1.201
Adições e exclusões permanentes	32	(15)
(+) Outros	6	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(6.073)	(7.835)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(666)	(299)
Alíquota efetiva	27%	30%

- (*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

17.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.791	(162.137)	(122.346)
Utilização de prejuízo fiscal (a)	1.326	-	1.326
Contratos de concessão (b)	-	(9.161)	(9.161)
Saldos em 31 de março de 2025	41.117	(171.298)	(130.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	45.547	(176.072)	(130.525)
Utilização de prejuízo fiscal (a)	-	-	-
Contratos de concessão (b)	-	(6.073)	(6.073)
Saldos em 31 de março de 2026	45.547	(182.145)	(136.598)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato da concessão.

(b) Originam-se dos contratos de concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

18 Resultado por ação

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do período	18.616	19.278
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	251.284.711	251.284.711
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0741	0,0767

Notas Explicativas

19 Instrumentos financeiros

19.1 Hierarquia do valor justo

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Hierarquia	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Fundos vinculados - caixa restrito	5.1	2	24.347	30.427	24.347	30.427
Total			24.347	30.427	24.347	30.427
Custo amortizado:						
Conta corrente bancária e equivalentes de caixa	4	1	18.840	15.621	18.840	15.621
Partes relacionadas	12		183	-	183	-
Contas a receber de clientes	6		16.048	15.633	16.048	15.633
Total			35.071	31.254	35.071	31.254
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores nacionais			2.940	1.186	2.940	1.186
Empréstimos e financiamentos	8		318.356	322.618	318.356	322.618
Debêntures	9		60.029	67.106	59.843	67.106
Partes relacionadas	12		662	852	662	852
Dividendos a pagar	13		320	320	320	320
Outros passivos			10.128	7.226	10.128	7.226
Total			392.435	399.308	392.249	399.308

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das informações financeiras intermediárias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Notas Explicativas

19.2 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Fornecedores nacionais e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento.

19.3 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

19.3.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2026, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 16.048 (R\$ 15.633 em 31 de dezembro de 2025).

19.3.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

19.3.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

19.3.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2026, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores nacionais	2.940	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.859	30.078	34.262	224.157
Debêntures	13.299	12.388	10.323	23.833
Partes relacionadas a pagar	342	-	-	-
Dividendos a pagar	320	-	-	-
Total	46.760	42.466	44.585	247.990

19.4 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2026, foram definidos três cenários diferentes:

Notas Explicativas

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2026, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das informações financeiras intermediárias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,90% ao ano, para o IPCA, é de 4,51% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de março de 2026 é de 8,98% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	18.840	2.242	1.682	1.121
Fundos vinculados – caixa restritos	Redução do CDI	24.347	2.897	2.173	1.449
Total		43.187	5.139	3.855	2.570
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	318.356	28.588	21.441	14.294
Debêntures	Aumento do IPCA	67.497	3.044	2.283	1.522
Total		385.853	31.632	23.724	15.816

20 Seguros

A Companhia adota procedimento de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas e riscos, considerando a natureza da atividade. Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2026
Seguros - Responsabilidade civil	Fator Seguradora S/A	50.000	07/09/2026

Notas Explicativas

21 Compromissos futuros

A Companhia possui contratos em aberto para conclusão das construções relacionadas aos reforços em construção, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

Contratos para reforços	31/03/2026
Serviços e materiais	2.440

22 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/03/2026	31/03/2025
Compensação de IRPJ	1.844	2.638

23 Eventos subsequentes

Em 10 de abril de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$4.680.

Notas Explicativas

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relação com Investidores

Welton Souza
Controller
CRC SP321013/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Argo V Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo V Transmissão de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem os Comentários de Desempenho.

Nossa conclusão sobre as informações intermediárias não abrange os Comentários de Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler os Comentários de Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nos Comentários de Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações